

**SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**

ATO NORMATIVO nº 161, de 27 de janeiro de 2005.

Aprova o relatório definido na Lei Complementar nº 101/2000 e dá outras providências.

O ALMIRANTE DE ESQUADRA JOSÉ JÚLIO PEDROSA, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR,

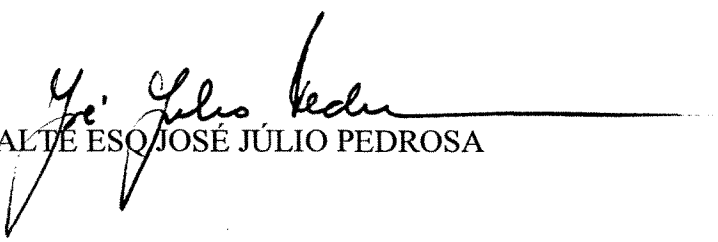
Usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno,

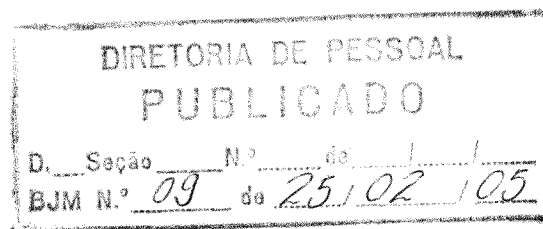
RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO para o período de janeiro a dezembro de 2004.

Art. 2º Determinar a sua publicação conforme prevê o artigo 55 da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), de 04.05.2000, observadas as prescrições da Portaria nº 470/STN, de 31.08.2004 e a Decisão nº 1.099/2002-TCU-Plenário, de 28.08.2002, conforme quadros anexos.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.


ALTE ESQ JOSÉ JÚLIO PEDROSA



ANEXOS DO ATO NORMATIVO N.º 161, de 27.01.2004.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO a DEZEMBRO DE 2004

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" – Anexo I		R\$ Milhares
Despesa de Pessoal	Despesa Liquidada	
	Últimos 12 Meses	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	141.957	
Pessoal Ativo	72.418	
Pessoal Inativo e Pensionistas	90.650	
(-) Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF)	21.111	
Indenização por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	
Decorrentes de Decisão Judicial	500	
Despesas com Exercícios Anteriores	13.955	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	6.656	
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art. 18, § 1º da LRF) (II)	0	
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III) – Contribuições Patronais	0	
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE – TDP (IV) = (I +II + III))	141.957	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)	264.352.998	
% DO TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL PARA APURAÇÃO DO LIMITE -TDP sobre a RCL (IV) / (V) * 100	0,0537%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,101900%	269.376	
LIMITE PRUDENCIAL (§ único do art. 22 da LRF) 0,096805%	255.907	

Observações:

- (1) Fonte dos dados: SIAFI2004, de 19.01.2005.
- (2) RCL publicada pela Portaria n.º 30/ STN, de 19.01.2005.
- (3) Limite Máximo (Legal) - LRF = índice de participação da JMU na RCL
- (4) Limite Prudencial - LRF = 95 % do Limite Legal = 0,0968%
- (5) Limite Permitido – LRF = 0,0543%, com variação máxima de 10,0 % , apurado em 2002.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO a DEZEMBRO – 2004

LRF, art.55, inciso III, alínea “a” – Anexo V		R\$ milhares	
ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	11.364	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	283
Caixa	0	Depósitos	80
Bancos	11.364	Restos a Pagar Processados	134
Conta Movimento (*)	15	Do exercício	80
Contas Vinculadas (**)	11.349	De Exercícios Anteriores	54
Aplicações Financeiras	0	Outras Obrigações Financeiras	69
Outras Disponibilidades Financeiras	0	Pessoal a Pagar – Do Exercício	69
SUBTOTAL	11.364	SUBTOTAL	283
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RAP NÃO PROCESSADOS (I)		SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RAP NÃO PROCESSADOS (II)	11.081
TOTAL	11.364	TOTAL	11.364
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			7.144
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RAP NÃO PROCESSADOS (IV)= (II-III)			3.937

(*) Outras Contas Bancárias.

(**) Limite de saque com vinculação de pagamento mais recursos a receber para pagamento de restos a pagar.

Fonte: SIAFI, posição até 22/01/2005.

PODER JUDICIÁRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO a DEZEMBRO – 2004

LRF, art.55, inciso III, alínea “b” – Anexo VI

R\$ milhares

ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR				
	Inscritos			Suficiência antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	Não Inscritos Por Insuficiência Financeira
	Processados		Não Processados		
	Exercícios Anteriores	Do Exercício	Do Exercício		
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	54	149	7.144	11.081	0
TOTAL	54	149	7.144	11.081	0

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	RESTOS A PAGAR				
	Inscritos			Suficiência antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	Não Inscritos Por Insuficiência Financeira
	Processados		Não Processados		
	Exercícios Anteriores	Do Exercício	Do Exercício		
Custeios – Fonte 0100	54	80	7.144	11.081	0
Pessoal – Fonte 0100	0	69	0		
Custeios – Fonte 0300	0	0	0		
TOTAL	54	149	7.144	11.081	0

*Fonte: SIAFI, posição até 22/01/2005.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO a DEZEMBRO – 2004

LRF, art. 48 – Anexo VII

R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite – TDP	141.957	0,0537%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	269.376	0,1019%
Limite Prudencial (§ único, art 22 da LRF)	255.907	0,0968%

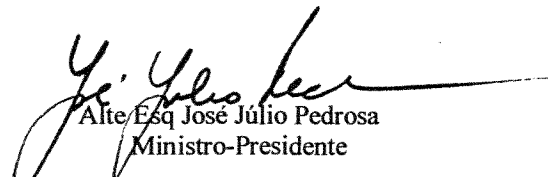
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	7.144	11.081

Fonte: SIAFI, posição até 22/01/2005.

LRF, art. 55, inciso II.

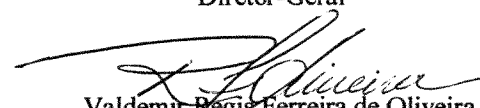
Nada a informar, considerando que as despesas em causa não ultrapassaram os limites estabelecidos

LRF, art. 54, inciso III e parágrafo único (assinaturas) :


Alte/Esq José Júlio Pedrosa
Ministro-Presidente


Marcos Medeiros de Carvalho
Secretário de Planejamento
em exercício


Lourival Anchieta
Diretor-Geral


Valdemir Régis Ferreira de Oliveira
Secretário de Controle Interno